



ATA DA 212ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - COCEN CPFL PAULISTA

No dia vinte e quatro de setembro do ano de 2020 foi realizada a ducentésima décima segunda Reunião Ordinária do COCEN CPFL Paulista na Sede do Sindicato dos Lojistas de Campinas, localizado na Rua General Osório, nº 883 - 7º Andar - Centro, Campinas - SP, CEP 13010-111. Participaram dessa reunião os seguintes representantes de classes de consumidores e da CPFL Paulista:

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

ANDREIA GOMES DE OLIVEIRA – Conselheira Titular

REPRESENTANTE DA CLASSE COMERCIAL

CARLOS AUGUSTO GOBBO – Presidente do Conselho

REPRESENTANTE DA CLASSE INDUSTRIAL

RUY ROBERTO OLIVEIRA BOTTESI – Conselheiro Titular – Vice-Presidente

REPRESENTANTE DA CLASSE RURAL

JOÃO CAMPOS GRANADO – Conselheira Titular

ADEMAR PEREIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES DA CPFL PAULISTA

PAULO ESPÍNDOLA CAMARGO - Secretário Executivo Titular

CONVIDADOS:

CARLOS GOBBO – Representante da Classe Comercial CPFL Piratininga

FERNANDO CORRADINE NABAS – Presidente COCEN CPFL Piratininga

STEPHANNIE CAROLYN PEREIRA – Representante da Classe Industrial CPFL Paulista

PEDRO CESAR ANDREO DE ARO – Gerente de Serviços Comerciais CPFL Paulista

MARCELO MARTINEZ FELICIO – Secretário Executivo COCEN CPFL Piratininga

ALICE MARIA DE SOUZA – Secretário Executivo Suplente COCEN CPFL Piratininga

PAUTA DOS TRABALHOS

O presidente do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista deu início à Reunião Ordinária, agradecendo em nome do Sr. Carlos Gobbo, presidente do Sindicato dos lojistas de Campinas, colocando à instituição à disposição para encontros e solicitações.

Foi dada a palavra ao gerente de serviços comerciais, Pedro De Aro, em que esse foi questionado sobre o cenário da pandemia e as atividades da CPFL, o qual relatou que o número de colaboradores contaminados é relativamente baixo, mas os cuidados sanitários continuam sendo tomados, afirmando que resultado disso é que, gradativamente, os números estão caindo.

Ademais, o gerente explicou que além das questões sanitárias, estão sendo percebidos impactos significativos em relação a inadimplência, que, conforme os Conselheiros já sabem, foi necessário solicitar um empréstimo ao Governo Federal. No mais, foi explicado que apesar dos cortes já terem iniciado, os sistemas das Distribuidoras estão parametrizados para analisar o perfil do consumidor e os maiores consumos para mitigar cortes em áreas periféricas, além daqueles que estão classificados como baixa renda, que já possuem a proibição de suspensão.

Em seguida, o Gerente Pedro De Aro se despediu, pois, possuía outra reunião para participar. A palavra foi dada ao presidente do Conselho do COCEN da CPFL Paulista, que trouxe à baila a carta enviada pela Elektro à ANEEL, na qual pedem apoio financeiro para participação virtual nos encontros. Em discussão entre os Conselheiros, ficou pendente o ajuste de texto pelo Conselheiro Wilson David, que irá adaptar às necessidades do Conselho de Consumidores. Em votação realizada, somente a Conselheira Stephannie Carolyn Pereira, representante suplente da Classe Rural do COCEN da CPFL Piratininga alegou que não é a favor, pois isso contraria os preceitos da FAESP, que considera que o nexos causal para pagamento é o deslocamento, fato esse que não ocorre nos encontros virtuais. Seguindo, o presidente do Conselho da Piratininga, Fernando, disse que não é contrário, mas entende que não deverão ser criadas expectativas, pois a SMA demonstra-se resistente ao pagamento nessa modalidade. No Mais, o Sr. Ruy pediu que o ofício seja encaminhado primeiro ao Sr. André Pepitone, para não criar animosidades na Agência.

O Secretário Paulo Espíndola deu andamento da apresentação e expôs o desenvolvimento do projeto bônus motor, no qual 24 empresas já aderiram ao programa, entretanto, foi ressaltado que as críticas realizadas pela FAESP foram consideradas e para o ano de 2021, a

instituição será consultada previamente sobre as necessidades das empresas do ramo, pois, conforme pontuado pelo Sr. Ademar e a Sra. Stephannie, ficou entendido que o projeto, no modelo atual, favoreceu e direcionou o atendimento, não vislumbrando necessidades dos produtores rurais.

Logo após, o Secretário Paulo trouxe à discussão a alteração regulatória recente, que irá entrar em vigor em outubro de 2020, no qual trata da iluminação pública. O texto normativo de nº 888/20 faz alterações em relação a cobrança, arrecadação e a manutenção contratual.

Em relação ao faturamento, a resolução também trouxe alteração no que tange ao período de contabilização, considerando o mês civil como base para o cálculo. No mais, foi feita alteração em relação a estrutura em condomínios, sendo necessário ter um padrão específico para a iluminação.

Ainda sobre a matéria de faturamento, o Secretário Paulo questionou se existe interesse dos Conselheiros sobre a temática de artigo 113, método esse utilizado para fins de faturamento incorreto a maior ou a menor, sendo confirmado pelos participantes que possuem interesse em ter maiores explicações sobre o assunto, portanto, ficou pendente de trazer à baila nas próximas reuniões algum colaborados da Cia para discorrer sobre o assunto.

O Secretário Paulo deu andamento na apresentação, no qual trouxe um gráfico com a evolução da COVID 19 no âmbito de trabalho, no qual o Secretário Marcelo, do COCEN da Piratininga, ressaltou os procedimentos da CPFL, bem como o contato do presidente com os colaboradores contaminados e o cuidado do ambulatório.

No mais, o Sr. Paulo pontuou que fez uma consulta ao Regulatório da empresa, e lhe orientaram que a audiência pública por intercâmbio documental não é indicada, alegando que o mais coerente nessa situação é contatar a ANEEL. Os conselheiros pediram para os Secretários contatarem a Agência e esclarecerem.

Por fim, o Sr. Ademar trouxe à discussão uma inovação que está sendo implementada no setor de energia solar, no qual está em fase de teste. A novidade consiste no fato de não ter que haver a troca de medidor nas unidades consumidoras que fazem uso de energia solar. Da mesma forma, foi apresentado pelo Conselheiro Ruy um material de reunião que teve com funcionários do Ministro Paulo Guedes, no qual informava que a cidade de Campinas possui planejamento para votação de parceria público privada para o setor de iluminação pública.



O secretário executivo Paulo Espíndola questionou se haveriam mais apontamentos à serem feitos para a presidência, em que na negativa, agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a centésima quinquagésima nona Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Piratininga e a ducentésima décima primeira Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista.

Campinas, 24 de setembro de 2020

Carlos Augusto Gobbo

Presidente do COCEN CPFL Paulista

Paulo Espíndola Camargo

Secretária Executivo Titular



ATA DA 210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - COCEN CPFL PAULISTA

No dia vinte e nove de julho do ano de 2020 foi realizada a ducentésima décima Reunião Ordinária do COCEN CPFL Paulista através de vídeo conferência pelo sistema Microsoft Teams disponibilizado pela distribuidora, localizada em Campinas - SP. Participaram dessa reunião os seguintes representantes de classes de consumidores e da CPFL Paulista:

REPRESENTANTE DA CLASSE COMERCIAL

CARLOS AUGUSTO GOBBO – Conselheiro Titular – Presidente COCEN

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

ANDRÉIA GOMES DE OLIVEIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

WILSON DAVID – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE INDUSTRIAL

RUY ROBERTO OLIVERA BOTESI – Conselheiro Titular

REPRESENTANTE DA CLASSE PODER PÚBLICO

JOÃO BATISTA GADIA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES DA CPFL PAULISTA

PAULO ESPINDOLA CARMARGO- Secretário Titular

CONVIDADOS:

LUCIANA TONIN BENEDETTI BRAGA – Business Partner Especialista em Comunicação.

NATHANA LUIZA MONTEIRO SILVA – Analista de Projetos de Eficiência Energética

PAUTA DOS TRABALHOS

O Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo Titular do COCEN da CPFL Paulista deu início à Reunião Ordinária agradecendo a presença dos conselheiros e de todos os presentes.

A colaboradora Luciana Tonin, da área de comunicação visual, iniciou a apresentação fazendo um panorama das ações realizadas pela CPFL, em que incluiu a logomarca dos conselhos de consumidores nas campanhas realizadas. Ademais, mostrou que os resultados têm sido



positivos nos últimos meses, mas que houve a necessidade de uma força-tarefa para investir nas campanhas que incentivassem o isolamento social e a resolução de problemas via aplicativo CPFL Energia. Para alcançar tais resultados, desde março de 2020 a CPFL iniciou a campanha de mobilidade gratuita no aplicativo, assim, os clientes podem navegar sem haver o desconto de dados de seu pacote, em que já na interface haverá o aviso de navegação acerca de tal desconto de dados. Tal funcionalidade permite maior acesso e alcance dos serviços digitais,

Essa iniciativa contempla todas as operadoras e o cliente não precisam, necessariamente, ter um pacote de dados. A colaboradora apresentou os números relativos ao novo projeto, demonstrando que houve um crescimento de 53% no uso do aplicativo, como também apresentou mais de um milhão de acessos, o que é um grande referencial no setor de energia. O Conselheiro Carlos Augusto Gobbo pediu um detalhamento do tempo que o usuário fica no aplicativo, ou mesmo a performance dele.

Após as demonstrações a Sra. Luciana agradeceu o auxílio que sempre foi dado, pois ambos os Conselhos são pioneiros no patrocínio das campanhas, como também pediu o apoio para a referida campanha, pois muito embora os resultados tenham sido extremamente satisfatórios, o provisionamento de verbas ultrapassou o pretendido, portanto, seria de imensa ajuda que os Conselhos pudessem patrocinar a causa.

Ficou pendente a decisão dos conselheiros sobre o pedido, entretanto, a colaboradora Luciana retirou-se da reunião pois tinha um outro compromisso, despediu-se de todos e agradeceu novamente o apoio.

Dando prosseguimento, a colaboradora Nathana deu início a apresentação do projeto Bônus motor, no qual explicou que o programa de eficiência energética em parceria com a WEG promove que o consumidor possa comprar motores com desconto. O desenvolvimento do projeto consiste na devolução do motor antigo do cliente, enviando a sucata para a WEG. Explicou ainda que possuem critérios para que o consumidor tenha acesso a essa facilidade, mas, em suma, devem ser de regime livre ou cativo, deve estar adimplente com as suas contas e possuir CNPJ. Ademais, esclareceu também que o motor para troca deve ser de 1 a 250 cavalos, fabricado até o ano de 2009, e ter operado ao menos 4320 horas por ano.

No que tange ao investimento feito neste projeto de eficiência, foram despendidos R\$ 6.4 milhões, sendo esse um projeto único, mas existe a possibilidade de uma nova edição. Após, foram respondidos alguns itens são que são objetos de questionamentos frequentes.

O Sr. Ruy disse que o programa é muito eficiente e extremamente atrativo por não ter burocracias para se obter, já o conselheiro Ademar disse que entende que o enquadramento em relação ao perfil de utilização cria uma certa restrição e direcionamento do benefício somente ao setor industrial, ainda, pontuou que obteve também a informação de que o cliente que aderisse receberia o desconto somente após a compra, portanto, arcaria com o ônus sozinho inicialmente

A colaboradora esclareceu que na realidade o projeto não possui essa finalidade, tampouco intenção de restringir o acesso, e se colocou à disposição para entender melhor o perfil do cliente rural. Salientou também que a informação quanto ao prévio pagamento do cliente no projeto não procede, mas que na realidade são emitidos dois boletos, um com o desconto e outro não, e que o cliente procedendo com todas as premissas estabelecidas, deverá pagar o boleto com desconto, sendo que o outro será cancelado.



Após as arguições feitas, o conselheiro Wilson se manifestou dizendo que entende ser incorreto inserir o setor rural e industrial no mesmo patamar, pois as necessidades e critérios são totalmente distintas.

O secretário Paulo Espindola seguindo a pauta iniciou a discussão sobre a retomada da Distribuidora, correlacionando às revisões feitas na Resoluções 878/2020. Foi demonstrado que haverá toda uma estrutura a fim de proteger tanto os funcionários quanto os clientes, pois será instalada proteção nas mesas, disponibilizado álcool em vários pontos. Ainda, todos os funcionários usarão máscara e proteção facial, sendo exigido que o consumidor também se proteja com máscara. Com o intuito ainda de promover a celeridade no atendimento, haverá tablets nas agências, incluindo um funcionário que irá "limpar" a fila, auxiliando na resolução de atendimentos e direcionando para resoluções pelas plataformas online. Por fim, será instituído um projeto piloto na agência de Campinas, em que funcionará como drive thru para clientes, principalmente os que são grupos de risco da COVID-19.

Em relação aos cortes liberados pela nova resolução, que até então estavam suspensos, eles não serão feitos de imediato após a abertura das agências, pois o reaviso terá de ser feito novamente. Não obstante, os cortes, quando efetuados, não serão feitos quando o cliente pagar a conta durante a visita do colaboradores que iria executar a ação, portanto, terão uma maior flexibilidade em relação aos procedimentos normais.

Foi questionado ainda o horário de funcionamento das agências, em que inicialmente será feito das 8 às 16 horas. O gerente Renato reforçou que durante a edição do documento regulatório a agência deixou à critério da Distribuidora quanto a abertura, pois apesar do governo federal ter liberado a abertura de serviços essenciais, pode ser que a situação pandêmica da municipalidade demonstre resistência a abertura.

O gerente continuou dando ênfase aos canais digitais, mencionando ainda que a empresa adotou o atendimento por WhatsApp, no qual o cliente pode pedir uma série de serviços através do contato.

A Conselheira Andréa mencionou que a distribuidora deve pensar em formas de pagamento, já que nem todos conseguem pagar suas contas via aplicativo, mencionando inclusive o exemplo da Comgás, que está levando maquininha de cartão nos locais, proporcionando facilidade no pagamento de contas em atraso, o que mitigaria cortes.

O secretário executivo Paulo pontuou que o nível de digitalização na Paulista melhorou durante o período de isolamento social, ressaltando ainda que nas situações em que o COCEN patrocina campanhas da empresa, o aumento de acessos aumenta mais ainda, portanto, é uma ótima saída para atender às necessidades atuais. O gerente Renato salientou que os atendentes de agência no período de pandemia foram redirecionados ao atendimento nos canais digitais, a fim de agilizar os atendimentos.

Os Conselheiros Andrea e Fernando discutiram que de fato, o perfil do consumidor mudou, o que necessita de maior posicionamento e facilidades no atendimento. O Secretário Paulo ressaltou que além de todos os canais mencionados, existe uma célula específica que mais se aproxima de uma agência, o atendimento via Relacionamento Escrito, em que as demandas dos clientes são redirecionadas e atendidas pelos colaboradores através de e-mail.



O conselheiro Wilson pediu esclarecimentos de como será feito o atendimento de clientes preferenciais, já que são do grupo de risco da COVID-19. O gerente respondeu que serão priorizados pelos atendentes que estarão acompanhando a fila.

Em seguida, o Sr. Wilson informou que encaminhou a versão do regimento para todos os conselheiros via e-mail, pedindo a contribuição de cada um. Salientou também que apesar de estar realizando todas as tratativas teóricas concernentes ao conselho, precisa do auxílio dos demais para formular às contribuições para audiências públicas, pois recentemente perderam o prazo de uma das consultas públicas pela inércia dos demais.

Dando prosseguimento na pauta, o secretário executivo Paulo trouxe à discussão às alterações no regimento interno dos Conselhos, já que no último encontro havia ficado pendente o item referente ao custeio de deslocamento e ajuda de custo aos Conselheiros. Ambos os secretários apresentaram uma proposta, na qual consiste em uma tabela que será anexada no regimento. Tal documento prevê que o site para consulta de trajeto será o Google Maps, a consulta de pedágio será a plataforma Sem Parar e para àqueles que residem em Campinas será utilizado o "Ligue Taxi". Ainda, foi efetuado um cálculo com a média do calor necessário para almoço em restaurantes próximos à CPFL, no qual concluiu-se que o valor ideal e justo é de R\$ 77,90.

No mais, foi efetuada a simulação de quanto cada conselheiro irá despender com deslocamento, o que resultou na necessidade de uma tabela que irá contemplar o total de quilometro deslocado. O documento aduz que até cem quilômetros serão pagos a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), de cento e um quilômetros até duzentos, o total de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por fim, acima de duzentos e um quilômetros, o valor de R\$ 416,29 (quatrocentos e dezesseis reais e vinte e nove centavos). Tal quantia máxima está respaldada no decreto nº 5.992/2006. Importante frisar que este total apresentado já contempla o custeio com a refeição (R\$ 77,90). Por fim, foi alinhado que o estacionamento será pago em apartado quando as reuniões forem feitas fora da sede da CPFL, já que quando são feitas na empresa o estacionamento é disponibilizado gratuitamente aos conselheiros. Sendo assim, de forma unânime os conselheiros de ambos os conselhos aceitaram a proposta realizada.

O Conselheiro Carlos Augusto Gobbo pediu a palavra para discutirem sobre o artigo 3, inciso nove, do regimento interno, no qual aduz sobre o número de reuniões que serão realizadas e o local dos encontros. O presidente fez a proposta de deixarem mais claro quanto ao local de encontro ser ordinariamente a sede da empresa ou em local pré-determinado, preferencialmente de forma presencial, entretanto, dando possibilidade para ser feita online. A conselheira Andrea propôs que a redação deve ser outra, incluindo um parágrafo em apartado a questão de a reunião ser gravada e disponibilizada no formato "live". Ficou pendente do conselheiro Carlos Augusto encaminhar a proposta para a Sra. Andrea e Sr. Wilson revisarem o texto.

A conselheira Stephannie pediu que fosse feito um esclarecimento quanto ao pagamento de diária, uma vez que a realidade atual impede que a reunião seja feita presencialmente. Os secretários afirmaram de fato, o pagamento decorre do deslocamento, mas o Sr. Paulo orientou que os conselheiros levantem a pauta sobre eventual necessidade de alteração durante a revisão da resolução 451, que está sendo feita, pois esse é o momento.

O gerente Renato informou que teria que entrar em outra reunião, se despedindo dos Conselheiros e agradecendo todas as participações, prontificando-se em comparecer em outro encontro.

O conselheiro Carlos Augusto deu andamento na reunião, em que o Conselheiro Wilson pediu a palavra para discorrer sobre o questionário concernente à Resolução 451. Foram alinhados alguns pontos sobre as despesas elegíveis, no qual alega que muitas vezes o rol torna inviável o direcionamento de receitas. Trouxe à tona também a questão do gasto que os conselheiros acabam despendendo, em que o valor repassado se mostra insuficiente ao que efetivamente gastam, por fim, disse que logo no início do questionário deparou-se com uma pergunta capciosa, pois não concorda com a condição proposta pela ANEEL, pois no documento uma das alternativas encontradas é que o Conselheiro possua formação de alto nível para que assim possa ocupar o cargo. Ele foi acompanhado pelos demais em seu entendimento quanto à discordância. Foi reiterado que o formulário é o meio pelo qual as mudanças podem ser feitas, pois todos os atos do Conselho são pautados na regulamentação.

No mais, o Conselheiro Wilson disse que o modelo da ARSESP é o ideal, pedindo que o Sr. Ruy explicasse o método de funcionamento. O Conselheiro explicou brevemente que o pagamento é de R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais) por reunião, inclusive por reuniões virtuais. Saliou ainda que a remuneração é definida pelo Governo do Estado e promove a revisão do valor e a aprovação dos indicados, em que recentemente o Conselheiro Carlos Augusto Gobbo foi o indicado pelo COCEN.

Os conselheiros discutiram sobre o conteúdo do curso de capacitação dado pelo GESEL, reafirmando que é muito importante que os Conselheiros participem, salientando ainda que o curso fica gravado. A conselheira Andrea, da CPFL Paulista, disse que não está recebendo o e-mail com as notificações, sendo acompanhada pela Sra. Stephannie, da CPFL Piratininga, que também está tendo problemas. Os secretários irão resolver isso no dia seguinte através de contato com o instituto Gesel.

O Sr. Ruy levantou a pauta quanto a geração de energia elétrica e a falta de investimento, e consequentemente a falta de modernização, que poderia potencializar a geração de energia, principalmente em hidrelétricas. Entende-se que haveria um ganho de 30% na produção e paralelamente economia ao consumidor final. Ademais, foi discutido sobre o investimento em energia eólica, em que o Conselheiro não concorda com as colocações feitas por universidades durante o curso, uma vez que deve ser levado em consideração a tarifa de energia elétrica ao consumidor.

Conselheiro vice-presidente do COCEN da CPFL Paulista pontuou também que o prêmio da Ouvidoria será realizado online, sendo importante que os Conselheiros prestigiem esse tipo de situação.

Por fim, os Secretários Executivos Paulo e Alice questionaram aos Conselheiros quanto aos valores que poderiam ser destinados ao apoio da campanha de Uso de Internet Gratuita. O Sr. Paulo disse que a PAM do Cocen da CPFL Paulista prevê o valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil) para o apoio de campanhas promovidas pela empresa, em que ele não deu abertura para liberação de saldo remanescente, pois entende que o valor deve ser atinente ao que está no documento, já que o saldo não está tão superior. Não obstante, espera que valor residual possa ser aplicado para outros fins no ano de 2021. O entendimento foi seguido de forma unânime pelos conselheiros, que permitiram o apoio a campanha trazida pela colaboradora Luciane Tonin. No mais, o secretário Paulo atualizou o valor que está em conta corrente do COCEN da CPFL Paulista, no montante de cerca de R\$ 353.000,00.

Na CPFL Piratininga, a secretária Alice disse que o valor disposto no PAM para o apoio de campanhas é de R\$ 35.550, 00 (trinta e cinco mil e quinhentos e cinquenta reais), entretanto,



o saldo remanescente da CPFL Piratininga está próximo aos duzentos mil, com saldo total da conta R\$ 408.176,00 (quatrocentos e oito mil cento e setenta e seis reais). A secretária pediu a deliberação e sugeriu a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para apoio, salientando que o apoio do conselho é extremamente interessante, pois conforme aludido pela Luciana, da comunicação, os custos despedindo foram superiores ao provisionado. O vice-presidente, Fernando, questionou qual será o alcance que tal quantia terá, pedindo dados. O Secretário Paulo disse que a abrangência será em toda a área de concessão, acompanhado da secretária Alice. Os três conselheiros, Stephannie, Fernando e Carlos Gobbo, deliberaram que o dinheiro pode ser investido, mas será necessário um relatório de atividades financeiras.

Não ficou determinado quando haverá outra reunião, pois, os conselheiros irão esperar a evolução de fases da COVID-19 no plano de retomada. No mais, a secretária Alice pediu desculpas pela ausência do Secretário Marcelo, que estava em outras reuniões.

O secretário executivo Paulo Espíndola questionou se haveriam mais apontamentos à serem feitos para a presidência, em que na negativa, agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a centésima quinquagésima nona Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Piratininga e a ducentésima nova primeira Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista.

Campinas, 29 de julho de 2020.

Carlos Augusto Gobbo
Presidente do COCEN CPFL

Paulo Espindola de Camargo
Secretário Executivo Titular



ATA DA 207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - COCEN CPFL PAULISTA

No dia vinte e dois de abril do ano de 2020 foi realizada a ducentésima sétima Reunião Ordinária do COCEN CPFL Paulista através de vídeo conferência pelo sistema Microsoft Teams disponibilizado pela distribuidora, localizada em Campinas - SP. Participaram dessa reunião os seguintes representantes de classes de consumidores e da CPFL Paulista:

REPRESENTANTE DA CLASSE COMERCIAL

CARLOS AUGUSTO GOBBO – Conselheiro Titular – Presidente COCEN

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

ANDRÉIA GOMES DE OLIVEIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

WILSON DAVID – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE INDUSTRIAL

RUY ROBERTO OLIVERA BOTESI – Conselheiro Titular

REPRESENTANTE DA CLASSE PODER PÚBLICO

JOÃO BATISTA GADIA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE RURAL

ADEMAR PEREIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES DA CPFL PAULISTA

PAULO ESPINDOLA CAMARGO - Secretário Titular

CONVIDADOS:

CARLOS GOBBO – Conselheiro Titular – CPFL Piratininga

FERNANDO CORRADINE NABAS – Conselheiro Titular – Vice-Presidente - CPFL Piratininga

STEPHANNIE CAROLYN PEREIRA – Conselheira Suplente - CPFL Piratininga

ALICE MARIA DE SOUZA – Secretário Executivo Suplente - CPFL Piratininga

PEDRO CESAR ANDREO DE ARO - Gerente de Serviços Comerciais - CPFL Paulista

JOSE NANNINI NETO - Gerente de Relacionamento com Poder Público e Grupo A - CPFL Paulista



PAUTA DOS TRABALHOS

O Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo Titular do COCEN da CPFL Paulista deu início à Reunião Ordinária agradecendo a presença dos conselheiros e de todos os presentes.

A reunião iniciou-se com a explanação do Gerente de Serviços Comerciais da CPFL Paulista Sr. Pedro Cesar Andreo De Aro sobre a preocupação da empresa com o caixa devido aumento da inadimplência consequência da pandemia. Explicou que 82% da conta de energia elétrica são para pagamentos da geração, transmissão e encargos, ficando com a distribuidora somente 18% para custeio de toda a operação. Informou que os serviços de obras não pararam e que a companhia continua com os investimentos, além de continuar também com a leitura para que os clientes não sejam faturados pela média e que os serviços de inspeção para recuperação de energia também não irão parar devido a pandemia.

Referente aos serviços que irão parar, o Sr. Pedro Cesar Andreo De Aro destacou o atendimento das agências, mas informou que os atenderem irão reforçar o time do atendimento digital por e-mail e telefone para que o cliente possa continuar sendo atendido de forma rápida sem perda de qualidade. Destacou ainda, que os clientes estão migrando para o atendimento digitais cada vez mais.

Salientou que a companhia criou um comitê de crise com reuniões diárias para monitorar todos os colaboradores e informou que a empresa abriu novas áreas de trabalho para a equipe de campo pensando no distanciamento social.

Posteriormente o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo agradeceu a presença do Sr. Pedro Cesar Andreo e lhe solicitou que explicasse como seria o funcionamento da suspensão do corte de energia e como seria a retomada dos pagamentos. O Sr. Pedro Cesar Andreo explicou que a resolução 878/ANEEL impediu o corte da energia elétrica apenas para serviços essenciais e residenciais. Destacou que apesar de não haver suspensão do fornecimento, o faturamento e as ações de cobrança continuam. Informou que os clientes residenciais baixa renda terão as contas custeadas pelo Governo Federal, mas terminado o período do decreto federal a companhia voltará com a suspensão do fornecimento. O Sr. Pedro salientou que a empresa irá procurar negociar com clientes e que eles poderão parcelar as contas com cartão de crédito.

Dando sequência a reunião o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo informou que faz parte da mesa diretora do Hospital Irmãos Penteados em Campinas que conhecem a dívida. Ele destacou que entraram com pedido de afastamento do Diretor da Santa Casa, mas o Ministério Público não aceitou. Destacou que devido a pandemia o judiciário também está levando mais tempo para tomar as decisões e informou que este é o momento também da CPFL tentar nova negociação com o hospital.

Em seguida, o Sr. Jose Nannini Neto, Gerente de Relacionamento com Poder Público e Grupo A, solicitou apoio aos Conselheiros da classe residencial no sentido de obter subsídios sobre a necessidade desses clientes e que a CPFL está disponível para buscar alternativa que possam minimizar os impactos da pandemia no atendimento.



O Sr. Nannini explanou que a intenção da CPFL é fazer uma campanha massiva para orientar os clientes a pagarem as contas não deixando que acumular dívida. A Conselheira do Residencial Sra. Andreia pediu a palavra e destacou que pelas experiências que possuem a forma de campanhas de negociação são as que mais funciona. Destacou também que é importante avisar o cliente por e-mails ou sms para avisar o cliente que irá fazer leitura, acrescentou que o WhatsApp é uma ferramenta muito utilizada também. Além disso, completou a importância da comunicação com o cliente. A Sra. Andreia sugeriu também que a companhia crie mecanismos de automações que auxiliem o cliente a se manterem informados sobre as ações da companhia.

O Sr. Pedro informou que a companhia está trabalhando para melhorar o cadastro, mas que realmente ainda tem esse problema. A Sra. Andreia exemplificou o problema com um caso dela onde ela solicitou o ajuste do e-mail onde são enviadas as contas por diversas vezes, mas ela continua recebendo a conta no e-mail errado e que isso é corriqueiro. Ela sugeriu também fazer uma parceria com a receita federal para troca de cadastros.

Dando sequência a reunião, o Sr. Wilson Conselheiro Suplente do Residencial sugeriu que a companhia apresentasse em reunião as ações feitas para melhorar o cadastro da CPFL. Ele destacou que o cliente precisa de estímulos para manter o cadastro atualizado e ter ações que facilitem a ação. O Presidente do Conselho Sr. Carlos destacou que também teve problema com cadastro e que realmente a companhia precisa melhorar.

Posteriormente, o Sr. Ruy, Conselheiro do Industrial, questionou ao Sr. Pedro se a empresa já possuiu um plano para retomada. O Sr. Pedro então, informou que foi contratado uma consultoria para estudar todo impacto da pandemia no Brasil e no exterior e que conselho de consumidores seria acionado para apoiar em um momento mais oportuno, pois as incertezas ainda são muito grandes.

Em seguida, o Sr. Ruy informou que não havia recebido nenhuma reclamação do atendimento por parte das indústrias incluindo a FIESP e CIESP. Neste momento, o Sr. Fernando, Conselheiro do Industrial, questionou se os clientes do industrial terão que pagar a demanda contratada ou a demanda lida. O Sr. Pedro respondeu informando que a distribuidora possuiu contratos com a transmissoras e que o órgão regulatório, através da ANEEL, não se manifestou quanto ao assunto até a presente data. O Sr. Ruy informou que a FIESP também enviou carta ANEEL solicitando que as indústrias pagassem somente a demanda lida e não a contratada, destacou ainda que a FIESP se manifestou em entrar com ação judicial.

Dando sequência, a Sra. Stephannie perguntou ao Sr. Pedro se os clientes rurais também estavam isentos do pagamento, foi respondido que exceto o baixa renda, nenhuma classe está isenta do pagamento.

Seguindo a reunião, o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo destacou um problema com contas recebidas em duplicidade e solicitou uma maior pro atividade por parte da empresa em orientar o cliente sobre o erro e também enviar um comunicado de desculpas demonstrando a preocupação da empresa com o cliente. Passando a palavra ao Sr. Pedro, ele informou que se tratou de um problema pontual que a companhia iria sim enviar um comunicado aos clientes.



Seguindo com a pauta, o Secretário Paulo informou que em 2020 é o ano onde haverá necessidade de realização de audiência pública para indicações dos representantes ao Conselho para os próximos 4 anos. O Conselheiro Wilson informou que o melhor mês seria em setembro. Pedindo a palavra, o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo sugeriu o envio de uma carta de indicação do conselho aos órgãos representativos. Todo os conselheiros concordaram.

O secretário executivo Paulo Espíndola questionou se haveriam mais apontamentos à serem feitos para a presidência, em que na negativa, agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a centésima sexagésima Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Piratininga e a ducentésima décima primeira Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista.

Campinas, 22 de abril de 2020.

Carlos Augusto Gobbo
Presidente do COCEN CPFL

Paulo Espindola de Camargo
Secretário Executivo Titular



ATA DA 211ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - COCEN CPFL PAULISTA

No dia vinte e sete de julho do ano de 2020 foi realizada a ducentésima décima primeira Reunião Ordinária do COCEN CPFL Paulista através de vídeo conferência pelo sistema Microsoft Teams disponibilizado pela distribuidora, localizada em Campinas - SP. Participaram dessa reunião os seguintes representantes de classes de consumidores e da CPFL Paulista:

REPRESENTANTE DA CLASSE COMERCIAL

CARLOS AUGUSTO GOBBO – Conselheiro Titular – Presidente COCEN

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

ANDRÉIA GOMES DE OLIVEIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

WILSON DAVID – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE INDUSTRIAL

RUY ROBERTO OLIVERA BOTESI – Conselheiro Titular

REPRESENTANTE DA CLASSE PODER PÚBLICO

JOÃO BATISTA GADIA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES DA CPFL PAULISTA

PAULO ESPINDOLA CAMARGO - Secretário Titular

CONVIDADOS:

CARLOS GOBBO – Conselheiro Titular – CPFL Piratininga

FERNANDO CORRADINE NABAS – Conselheiro Titular – Vice-Presidente - CPFL Piratininga

STEPHANNIE CAROLYN PEREIRA – Conselheira Suplente - CPFL Piratininga

ALICE MARIA DE SOUZA – Secretário Executivo Suplente - CPFL Piratininga

RENATO LUCAS DE FREITAS - Gerente de Serviços Comerciais - CPFL Piratininga



PAUTA DOS TRABALHOS

O Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo Titular do COCEN da CPFL Paulista deu início à Reunião Ordinária agradecendo a presença dos conselheiros e de todos os presentes.

A reunião iniciou-se com a discussão sobre as capacitações de 2020. O Secretário Executivo Paulo destacou que foram realizadas 2hs de capacitação com os temas Geração Distribuidora e Perdas, além das horas destinadas aos cursos do Grupo de Estudos do Setor Elétrico - Gesel que precisavam ser computados. Além disso, a Secretária Executiva Alice destacou que precisarias compor as 16hs de capacitação exigida pela resolução 451/ANEEL.

O Presidente do Conselho da CPFL Paulista Carlos Augusto Gobbo citou as dificuldades de realizar os treinamentos devido a pandemia, mas salientou que as 16hs deverão ser cumpridas ao longo do ano contabilizando as horas destinadas aos cursos do Gesel.

O Conselheiro Ruy Roberto Olivera Botesi também destacou a importância das capacitações e elogiou a qualidade do conteúdo apresentado. Ele solicitou ao Secretário Paulo que entre em contato com o Sr. Rubens, responsável pelos cursos, para demonstrar a expectativa da Conselheiro com a última aula que ocorre dia 28/08 as 17hs e questionar sobre a quantidade horas, se haverá revisão do material e se algum Conselheiro que perdeu a aula poderá assistir posteriormente.

Posteriormente, o Secretário Paulo lembrou os Conselheiros sobre os pedidos de capacitação que eles solicitaram no início do ano como: remoção de postes, tratamentos de fraudes, eficiência energética, perdas comerciais, geração distribuidora, tarifas de energia, canais de atendimento e ocupação de postes. O Conselheiro Wilson solicitou à distribuidora para que fosse apresentado o processo de tratamento aos artigos art. 113. que trata do Faturamento Incorreto e art. 115 que trata da Deficiência na Medição. O Secretário Paulo informou que irá providenciar a capacitação para próxima reunião.

Dando sequência a reunião, o Secretário Paulo apresentou a campanha de comunicação "Navegação Gratuita" que será focada em atingir os municípios que estão com um índice de digitalização abaixo da média e será patrocinada pela Conselho. Além disso, foi destacado que dentro da estratégia de mídia, haverá atuação em veículos online e off-line, a fim de atingir todos os públicos. São eles: jornal, rádio, Facebook e folheteria que poderão ser distribuídos conforme necessidade do Conselho. Os Conselheiros aprovaram a proposta.

Em seguida, o Secretário Paulo apresentou os números de atendimento e serviços referentes a retomada do atendimento presencial nas agências a partir do dia 03/08. Foi demonstrado através de fotos toda estrutura montada para proteger os funcionários e os clientes como proteção nas mesas, disponibilização de álcool em vários pontos, utilização de máscaras e protetor facial pelos funcionários, medição de temperatura e exigência de uso da máscara também pelo consumidor.

O Gerente Renato e o Secretário Paulo destacaram a ação "limpa fia" com uso de tablets e formulários nas agências, auxiliando no atendimento e direcionando o cliente para soluções online.

Em relação a atividade de cortes por falta de pagamento, foi destacado que foi retomado conforme previsto na resolução 878/ANEEL.

Posteriormente, o Sr. Carlos Augusto Gobbo informou que a versão do regimento interno foi enviada a todos via e-mail pelo Secretário, que destacou que os ajustes foram efetuados e que a versão seria submetida à aprovação da Diretoria da CPFL.

O Conselheiro Wilson, informou que o ajuste sobre a participação nas reuniões foi acrescentada ao art. 3º. inciso XIX com os seguintes dizeres: 1 - As reuniões serão realizadas preferencialmente de forma presencial; 2 - Na impossibilidade da realização de reunião presencial, ou conforme for acordado pela maioria dos conselheiros, as reuniões poderão ser realizadas de forma não presencial, por meio de plataformas virtuais; 3 - Todas as reuniões deverão ser transmitidas pela plataforma virtual, dando assim ao conselheiro que estiver impossibilitado de comparecer à reunião presencial, a oportunidade de participar por meio desse instrumento. A solicitação para essa forma de participação deverá ser comunicada pelo conselheiro com antecedência mínima de pelo menos 8 horas a contar do início da reunião. Os conselheiros concordaram com a proposta do texto.

Dando prosseguimento na pauta, a Conselheira Stephannie da CPFL Piratininga manifestou seu descontentamento com o projeto de Eficiência Energética "Bônus Motor" da CPFL. Citou que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo - FAESP apoiou na divulgação do projeto, entretanto nenhum produtor rural se encaixa nas especificações exigidas e que o projeto deveria ter analisado a viabilidade á todos antes de ser lançado.

Cabe lembrar que o projeto consiste na troca de um motor antigo por novo, enviando a sucata para a WEG. O motor para troca deve ser de 1 a 250 cavalos, fabricado até o ano de 2009, e ter operado ao menos 4320 horas por ano.

O Conselheiro Fernando destacou que que FIESP e o SENAI também estudaram o projeto e que pouquíssimos clientes se enquadram nas especificações. Ademais, o Sr. Carlos Augusto Gobbo salientou a importância da CPFL esclarecer como foi desenvolvido o projeto, bem como apresentar ao Conselho os clientes que foram contemplados para firmar a lisura do processo perante do Conselho.

Dando continuidade, o Conselheiro Wilson destacou que o Conselho perdeu o prazo para contribuições referente a Chamada Pública número 38 e pediu apoio para contribuições nas próximas chamadas. O secretário Paulo informou que fez contato com o Consultor Jenner e que ele estará afastado das atividades devido a problemas de saúde. Devido a situação, o Sr. Carlos Augusto Gobbo informou que será agendado reunião específica com o Consultor Jenner após ele ter condições para executar suas atividades.

Adiante, o Conselheiro Ruy destacou a importância do Conselho se manifestar a respeito da indicação do Sr. Carlos Augusto Gobbo ao Conselho da ARSESP. O Conselheiro Fernando informou que fará carta pelo Conselho da CPFL Piratininga reforçando a indicação.

Por fim, o Sr. Carlos Augusto Gobbo sugeriu que a próxima reunião seja feita de forma presencial no dia 29/09/2020 na sede da Federação do Comercio em Campinas e destacou que quem não puder participar poderá entrar via vídeo conferência.



O secretário executivo Paulo Espíndola questionou se haveriam mais apontamentos à serem feitos para a presidência, em que na negativa, agradeceu a presença de todos os presentes e declarou encerrada a centésima sexagésima Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Piratininga e a ducentésima décima primeira Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista.

Campinas, 27 de agosto de 2020.

Carlos Augusto Gobbo
Presidente do COCEN CPFL

Paulo Espindola de Camargo
Secretário Executivo Titular

ATA DA 209ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ - COCEN CPFL PAULISTA

No dia vinte e quatro de junho do ano de 2020 foi realizada a ducentésima nona Reunião Ordinária do COCEN CPFL Paulista através de vídeo conferência pelo sistema Microsoft Teams disponibilizado pela distribuidora, localizada em Campinas - SP. Participaram dessa reunião os seguintes representantes de classes de consumidores e da CPFL Paulista:

REPRESENTANTE DA CLASSE COMERCIAL

CARLOS AUGUSTO GOBBO – Conselheiro Titular – Presidente COCEN

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

ANDRÉIA GOMES DE OLIVEIRA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE RESIDENCIAL

WILSON DAVID – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTE DA CLASSE INDUSTRIAL

RUY ROBERTO OLIVERA BOTESI – Conselheiro Titular

REPRESENTANTE DA CLASSE PODER PÚBLICO

JOÃO BATISTA GADIA – Conselheiro Suplente

REPRESENTANTES DA CPFL PAULISTA

PAULO ESPINDOLA CARMARGO- Secretário Titular

CONVIDADOS:

JOSE NANNINI NETO – Gerente de Serviços de Relacionamento com Clientes

PAUTA DOS TRABALHOS

Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo Titular do COCEN deu início à Reunião Ordinária agradecendo a presença dos conselheiros e de todos os presentes.

O Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo passou a palavra para o Sr. Wilson David discorrer a respeito das propostas para atualização do Regimento Interno do Conselho. Os principais pontos discutidos foram: (i) possibilidade das reuniões serem feitas de formas virtuais; (ii) possibilidade de realizar processo de Audiência Pública por intercâmbio documental, a Audiência Pública presencial ou por intercâmbio documental será realizada conforme dispõe o Caderno Temático da ANEEL sobre Audiências e Consultas Públicas, publicado em 10/2006; (iii) a tolerância máxima anual permitida de abstenções do Conselheiro titular e suplente, para este item a Conselheira Andreia Gomes, destacou que a possibilidade de participar virtualmente irá facilitar para o Conselheiro e que isso deve ser levado em consideração; (iv) reembolso para a participação nas reuniões ordinárias, foi proposto que seja cumprido integralmente o que dispõe os artigos Art. 19, Art. 20 e Art. 20-A da Resolução Normativa Nº 451, de 27 de Setembro de 2011. Não foi fixado um valor para alimentação, mas todos os Conselheiros presentes se comprometeram em observar o princípio da economicidade, de forma a escolher a opção menos onerosa ao Conselho.

Posteriormente, o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo passou a palavra para o Secretário Executivo Paulo Espindola explicar a conversa tida com a ANEEL, através da Fernanda Pereira de Paula (SMA). Sr. Paulo Espindola destacou que conforme retorno da agência reguladora não cabe pagamento fixo por participação nas reuniões, o correto é ressarcimento através de comprovações, sempre atendendo aos artigos supramencionados. Foi destacado também que o valor de referência para diária quando há deslocamento deve ser o indicado no Anexo I ao Decreto nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, tendo como limite disponível o montante definido para o item B.

Quanto a Audiência Pública por intercâmbio documental, foi informado que a ANEEL não aconselha esse tipo para convocação de novos Conselheiros. Que antes de fazer deve-se informar a agência reguladora para que ela se manifeste com o "de acordo".

O Sr. Wilson David ficou de realizar os ajustes discutidos em reunião no documento de atualização do Regimento Interno que será enviado por e-mail a todos os Conselheiros.

Seguindo a pauta, o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo perguntou se todos os Conselheiros haviam feito as inscrições para os cursos do Grupo de Estudos do Setor Elétrico – GESEL. Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo informou que apenas os Conselheiros Ruy Botesi, Wilson David, João Gaia e o próprio Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo haviam feito.

O Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo então, incentivou a participação de todos. Sr. Paulo Espindola, Secretário Executivo destacou que os cursos não terão custos para o Conselho e que poderão ser contabilizados como capacitação para atender ao disposto do Art. 14., parágrafo VI da resolução 451/ANEEL.

Dando sequência a reunião, o Sr. Paulo Espindola informou que o plano de retomada da distribuidora foi adiado devido a prorrogação da Resolução Normativa nº 878/2020. Foi lembrado aos Conselheiros que está aberta a Consulta Pública nº 038/2020, com o objetivo de obter subsídios quanto as alterações a serem promovidas Resolução Normativa nº 878/2020, que trata das medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19). O Conselheiro Sr. Wilson David informou que irá reunir a documentação e enviar via e-mail aos Conselheiros para que possam fazer as propostas.

O Conselheiro, Sr. Ruy Botesi, destacou a importância de solicitar um melhor alinhamento da agência reguladora com o Governo Federal e citou que os consumidores não podem ser mais ainda prejudicados devido ao fechamento das agências de atendimento.

Foi destacado pelo Secretário Paulo que a distribuidora está atendendo os Consumidores via canais digitais e que reconhece a importância do atendimento direto aos consumidores, pois nem todos têm condições de ter internet.

O secretário Paulo recordou aos Conselheiros que o reajuste tarifário anual (RTA) da concessionária, aprovado pela diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em abril de 2020, estava suspenso desde 08 de abril até 30 de junho de 2020 e que seria aplicado então, a partir de 01/07/2020.

A tarifa terá reajuste médio de 6,05%. Ou seja, esse efeito passa a valer a partir de 1º de julho de 2020. Para os clientes do grupo B (residências e pequenos comércios), o percentual de reajuste médio é de 5,71% e para os consumidores ligados à alta tensão (indústrias e grandes comércios), o reajuste médio é de 6,72%. Os principais fatores que levaram a esse resultado, foram o aumento dos custos não gerenciáveis pela distribuidora, tais como aumento do custo de geração de energia por conta da expressiva alta da taxa dólar e dos custos de transmissão por conta da incorporação de novas instalações no sistema integrado brasileiro (confira os detalhes no infográfico ao final do texto).

Outro ponto discutido na reunião, foram as ações de mídia a distribuidora, o Presidente do Conselho Sr. Carlos Augusto Gobbo destacou a importância de comunicação e informações aos consumidores. O secretário Paulo se comprometeu a passar aos Conselheiros relatórios e matérias feita pela distribuidora, independente do município ou região de atuação.



Nada mais havendo a ser tratado, o Secretário Executivo Sr. Paulo Espindola agradeceu a presença de todos os presentes, e declarou encerrada a ducentésima terceira Reunião Ordinária do Conselho de Consumidores da CPFL Paulista.

Campinas, 25 de junho de 2020

Carlos Augusto Gobbo
Presidente do COCEN CPFL

Paulo Espindola de Camargo
Secretário Executivo Titular